

31 de maio de 2014

<http://justnews.pt/noticias/incontinencia-urinaria-mgf-devera-ter-papel-mais-interventivo>



Incontinência urinária: MGF deverá ter papel mais interventivo

Na Europa, estima-se que 20 a 25% da população feminina, jovem e na idade adulta, apresenta sinais de incontinência urinária (IU). Apesar dos dados serem alarmantes, Luís Abranches Monteiro, presidente da Associação Portuguesa de Neurourologia e Uroginecologia (APNUG), menciona não refletirem a sua extensão, pois há muitas pessoas que têm IU, mas que nunca procuraram ajuda médica. Isto porque “sentem vergonha ou simplesmente por o problema estar associado ao processo normal de envelhecimento”.

Por outro lado, os profissionais de saúde nem sempre estão sensibilizados para esta questão, não inquirindo sobre os sintomas ou não os valorizando quando são referidos. Segundo o presidente da APNUG, a MGF, relativamente a esta matéria, deverá desempenhar um papel ainda mais interventivo, porque “as pessoas sentem-se à vontade a falar com o seu médico de família. Assim sendo, estes são os especialistas que podem perceber de que tipo de incontinência se trata, quais os possíveis mecanismos e, por fim, como referenciar para a especialidade. É de salientar que o tratamento da incontinência em determinados casos é cirúrgico, mas muitas vezes é continuado e, neste campo, o papel do MF é imprescindível. Ao contrário do que tem ocorrido até ao momento, o MF tem de estar cada vez mais envolvido.”

De acordo com Abranches Monteiro, “é cada vez mais necessário fazer uma standardização e designar regras e boas práticas em várias áreas, principalmente quando são tratadas por diferentes especialistas”. Neste sentido, na sua opinião, a perspetiva de existirem Consensos em Neurourologia e Uroginecologia é imprescindível a curto prazo.

E acrescenta: “Há três campos em que a normalização é mais urgente: nomenclatura, exames urodinâmicos e cirurgia do pavimento pélvico. A APNUG, como associação científica que agrega várias especialistas das doenças do pavimento pélvico e da incontinência, tem como obrigação chamar a si o estabelecimento do debate e a edificação destas normativas.”

Jornal Médico

Artigo publicado no [Jornal Médico](#) de maio 2014